



Jornalismo, Juventude Negra e Violência¹ Como o mito da democracia racial invisibiliza a temática étnico-racial no jornalismo

Kelly Tatiane Martins QUIRINO²
Universidade de Brasília - UNB - Brasília, DF

RESUMO

A violência do e sobre o jovem negro é uma problemática nacional. O presente artigo pretende discutir violência, juventude negra e jornalismo tendo como parâmetro o debate sobre a maioria penal e o Programa do Governo Federal Juventude Viva. Além disto, o mito de democracia racial é discutido como forma de invisibilizar a temática étnico-racial dentro do jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo, juventude negra, violência e mito da democracia racial.

A temática étnico-racial é pouco pautada no jornalismo. Quirino (2010) na dissertação de mestrado intitulada *A invisibilidade negra: o (des) encontro do jornalismo com a saúde pública nas doenças de recorte étnico-racial e vulnerabilidade que acometem a população afrodescendente* já apontava a deficiência na veiculação sobre saúde da população negra no jornalismo impresso.

Durante o desenvolvimento da dissertação, Quirino(2010) coletou 478 jornais, sendo 242 edições da *Folha de S. Paulo* e 236 edições do *Jornal da Cidade*³. Dos 478 jornais analisados em apenas *dez edições* divulgou-se reportagens sobre a temática. Foram 10 meses de coleta e chegou-se a conclusão que há uma invisibilidade das *doenças de recorte étnico-racial e por vulnerabilidade que acometem a população negra* nos dois jornais impressos.

Esta mesma relação pode ser estabelecida quando o assunto é a juventude negra. Há dois grandes problemas sociais que se relacionam diretamente com este segmento populacional: o alto índice de mortes de jovens e, por outro lado, os crimes hediondos cometidos por este grupo.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de julho de 2013.

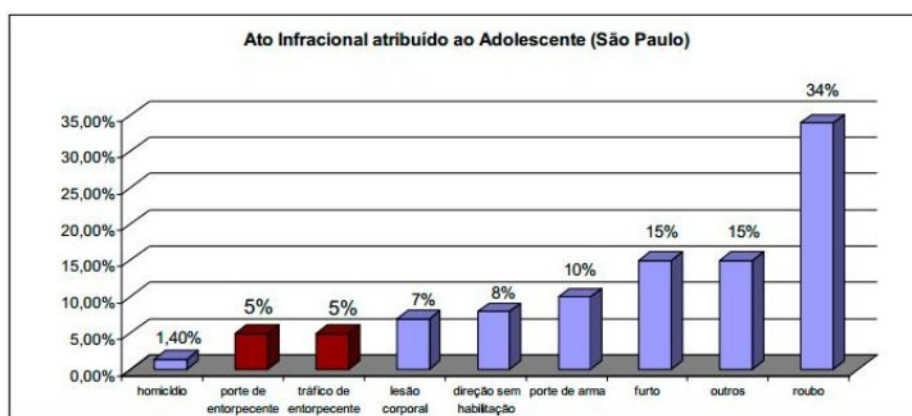
² Doutoranda do Curso de Comunicação da Universidade de Brasília - FAC -UNB, email: kely_tatiane@yahoo.com.br

³ Periódico da cidade de Bauru, cidade a 330 km de São Paulo.

Já é comprovado, e mais adiante este artigo trará mais dados, que os jovens negros morrem mais do que os brancos e, em sua maioria, são vítimas de assassinato. Nos casos de crimes hediondos, pesquisas apontam que só 2% dos jovens infratores cometem este tipo de delito. Entretanto, como valores notícias⁴ e agendamento⁵ realizado pelos jornais, só os crimes hediondos entram na pauta. Isto recrudescer o debate sobre o aumento da maioridade penal como uma forma de coibir estes crimes efetuados por menos de 2% dos jovens. Segundo relatório da Unicef de 2007 os homicídios são crimes de exceção cometidos por jovens.

Dos crimes praticados por adolescentes, utilizando informações de um levantamento realizado pelo ILANUD [Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent] na capital de São Paulo durante os anos de 2000 a 2001, com 2.100 adolescentes acusados da autoria de atos infracionais, observa-se que a maioria se caracteriza como crimes contra o patrimônio. Furtos, roubos e porte de arma totalizam 58,7% das acusações. Já o homicídio não chegou a representar nem 2% dos atos imputados aos adolescentes, o equivalente a 1,4 % dos casos.⁶

Graficamente é possível verificar estes dados:



Fonte: ILANUD

⁴Wolf afirma que noticiabilidade e “o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e os tipos de acontecimentos”. Os valores-notícias são componentes dessa noticiabilidade, pois é por meio desse conceito (valor-notícia) que ocorrerá a seleção dos fatos ocorridos no cotidiano que são relevantes para se tornar notícia. Assim “os valores-notícias são, portanto, regras práticas que abrangem um corpus de conhecimentos profissionais que, implicitamente, e muitas vezes, explicitamente, explicam e guiam os procedimentos operativos redacionais”. (WOLF, 1985, p. 86)

⁵ O termo agendamento é proveniente do inglês Agenda Setting. Esta teoria se insere na tradição funcionalista dos estudos norte-americanos em comunicação, que tem como ponto nodal a análise e detecção das funções e dos efeitos causados pelos meios de comunicação sobre a audiência, tradição que é designada por alguns autores como mass communication research (WOLF, 1985)

⁶ Extraído da Reportagem de Vinicius Bocato, Razões para não reduzir a maioridade penal, publicado na Revista Fórum link <http://revistaforum.com.br/blog/2013/04/razoes-para-nao-reduzir-a-maioridade-penal/>. Acessado em 15/05/2013



A grande imprensa não debate o baixo índice de homicídios cometidos pelos jovens e também não discute os dados da maior probabilidade de um jovem negro morrer por conta da violência.

Sobre estas duas temáticas fez-se uma pesquisa preliminar no site de busca Google. O objetivo era verificar por meio das palavras chaves – juventude viva – e – maioridade penal – quais vinham relacionadas como notícia dentro dos veículos de comunicação.

O termo juventude viva faz referência ao programa do governo federal⁷ que tem como objetivo reduzir a alta mortalidade dos jovens negros. A ação foi lançada em dezembro de 2012 e começou no estado de Alagoas, que é a unidade da federação com o maior índice de mortes de jovens negros.

Dos 100 primeiros links que apareceram como resultado em apenas 8 o termo juventude viva está relacionada como notícia em portais de comunicação midiáticos. Os links estão relacionados a portais do governo federal, instituições não governamentais, partidos políticos e blogs de opinião.

Já o termo maioridade penal⁸ aparece como valor notícia em 65 links do total de 100. Fica evidente que a maioridade penal entra como valor notícia no jornalismo brasileiro em detrimento a campanha juventude viva.

As duas temáticas são complexas. Caberia aos jornais se debruçar melhor sobre estes assuntos e agendá-los junto à sociedade de forma mais crítica. O jornalismo exerce a sua função fática de divulgar anualmente o Mapa da Violência no Brasil⁹. Porém, será que o jornalismo instiga a opinião pública a pensar e a refletir o porquê dos jovens

⁷ O programa Juventude Viva foi lançado em dezembro de 2012 pelo governo federal. O foco são os jovens negros de 15 a 29 anos do sexo masculino, em sua maioria com baixa escolaridade, que vivem nas periferias dos centros urbanos. Além disto, rapazes em situação de exposição à violência, como aqueles que se encontram ameaçados de morte, em situação de violência doméstica, em situação de rua, cumprindo medidas socioeducativas, egressos do sistema penitenciário e usuários de crack e outras drogas também são público do Juventude Viva. O plano prioriza 132 municípios brasileiros, distribuídos em 26 estados e no Distrito Federal, que em 2010 concentravam 70% dos homicídios contra jovens negros. A relação inclui as capitais de todos os estados brasileiros. Na primeira fase de implementação, as ações estão voltadas aos jovens de quatro municípios de Alagoas: Maceió, Arapiraca, União dos Palmares e Marechal Deodoro. Mais informações no site <http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/>

⁸ A responsabilidade penal, ou seja, o dever jurídico de ser penalizado por cometer um delito ocorre no Brasil aos 12 anos e a maioridade penal aos 18, segundo o artigo 228 da Constituição Federal de 1988, pelo artigo 27 do Código Penal e pelos artigos 102 e 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA [Lei nº 8069/90]. Os crimes praticados por menores de 18 anos são considerados atos infracionais e os jovens cumprem medidas socioeducativas. A polêmica que divide a sociedade é que a maioridade penal deve ser diminuída para 16 anos.

⁹ Disponível em <http://mapadaviolencia.org.br/mapa2012.php>



negros estarem mais expostos à violência? Será que o jornalismo faz um agendamento junto ao poder público das mortes dos jovens brasileiros, principalmente, os negros? Será que o jornalismo questiona os índices dos crimes hediondos cometidos por jovens?

Este paper apresenta este debate como parte da pesquisa de doutorado *Jornalismo, Juventude Negra e Violência – O discurso telejornalístico sobre a violência e o mito da democracia racial*. A hipótese é que o jornalismo ratifica o mito da democracia racial junto à opinião pública, mantendo o *status quo* de que o problema da violência do/sobre o jovem é uma questão social e não racial.

Juventude Negra e os dados da violência

Orlandi (2009) afirma que o discurso é um efeito de sentidos entre os locutores, sendo que os locutores podem ser considerados de um lado o jornalismo e de outro a opinião pública¹⁰. Dessa forma, é possível até diminuir, como ocorreu no período de 2002 a 2010 as mortes dos jovens brancos (até porque os jovens brancos morrem mais em decorrência de acidentes de carro)¹¹, mas não as dos jovens negros.

A vitimização de jovens em decorrência da violência cresceu muito no Brasil nos últimos 30 anos. O Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos, divulgou o Mapa da Violência 2012 – os novos padrões da violência homicida no Brasil, o qual apontou que em 1980, as mortes de jovens por causas externas eram 52,9% do total das mortes deste grupo no país. Em 2010, 72,3% das mortes de jovens foram por causas externas¹², totalizando $\frac{3}{4}$ das mortes desta faixa etária.

No Brasil, o homicídio é a principal causa das mortes entre os jovens. Só em 2010 foram 38,6% de todas as mortes neste segmento populacional. A principal faixa etária compreende de 15 a 24 anos; os homens são mais vitimizados em relação às mulheres, e os jovens negros morrem mais do que os brancos.

¹⁰ Segundo Benedetti (2010) identificar os locutores de um discurso é um movimento relativamente simples. Um locutor é um indivíduo que se apresenta como tal, no discurso (o jornalista, a fonte, o editor). A complexidade está na identificação dos enunciadores porque o texto jornalístico é polifônico, ou seja é possível identificar mais de um enunciador.

¹¹ A criação de legislação mais severa no trânsito brasileiro, como a criação da lei seca, colaborou na redução de acidentes e consequentes mortes de jovens na faixa etária de 18 a 25 anos.

¹² Segundo o Mapa da Violência 2012 entende-se como morte por causas externas acidentes de transporte, por homicídios ou agressões fatais e por suicídios



No que tange a questão racial, já em 2004 o Mapa da Violência já apontava uma maior vitimização dos jovens negros, principalmente em mortes causadas por homicídio.

Além de trazer à tona importantes dados sobre mortes juvenis em acidentes de transporte, homicídios e suicídios, o presente estudo destaca que os homicídios vitimam principalmente a população de sexo masculino (em torno de 93% das vítimas são homens) e de raça negra que tem vitimização 65% superior à população (total) e 74% superior entre os jovens. (Waiselfisz, 2004, p.7)

O Mapa da Violência 2012 – os novos padrões da violência homicida no Brasil destaca que no período de 2002 a 2010, houve uma queda de 20,6% para 15% de homicídios em cada 100 mil brancos. Entre os negros, houve um aumento de 30% para 35,9% em cada 100 mil negros.

Porém quando se desagrega os dados¹³ por período, os resultados são mais impressionantes:

- Em 2002, o índice nacional de vitimização negra foi de 45,8. Isto é, nesse ano, no país, morreram proporcionalmente 45,8% mais negros do que brancos;
- Em 2006, o índice salta para 82,7% de negros que morrem proporcionalmente a mais que os brancos;
- Já em 2010, um novo patamar preocupante: morrem proporcionalmente 139% mais negros que brancos, isto é, bem acima do dobro!

Desde 1979, a Unesco, junto com Instituto Ayrton Senna e o Ministério da Justiça, mapeiam as causas de óbito na juventude brasileira e, já no final da década de 70, os jovens negros já morriam mais comparado aos brancos .

O relatório do Mapa da Violência em 2004 já sugeria que os meios de comunicação poderiam exercer uma influência positiva junto a opinião pública para a mudança deste quadro.

Sem dúvida, os meios de comunicação possuem um papel estratégico na superação dessa problemática. A televisão, o rádio e a imprensa escrita ocupam um lugar fundamental na disseminação de conhecimentos sobre o tema da violência juvenil e a divulgação de experiências inovadoras de prevenção existentes no Brasil. A mídia tem a capacidade de despertar a discussão pública sobre

¹³ Dados extraídos de Waiselfisz, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012 - Os novos padrões da violência homicida no Brasil. Instituto Sangari. São Paulo, 2012



o tema, bem como divulgar informações para que a sociedade observe os princípios dos direitos humanos e as várias recomendações internacionais sobre o assunto. (Waiselfisz, 2004, p.8)

Todavia tanto a imprensa e o poder público ainda não conseguiram reverter este quadro, principalmente entre os jovens negros. Já que as estatísticas comprovam que a cada ano, mais jovens negros morrem em decorrência da violência.

É provável que o discurso jornalístico não vincule questões históricas raciais do nosso país com a violência que a população negra em geral sofre, e que neste caso, vitimiza mais os jovens negros¹⁴.

Silva (2012) afirma que a práxis jornalística por muito tempo acreditou que apenas prover de notícias a sociedade era suficiente para o seu reconhecimento institucional. Porém isto não é mais satisfatório e o próprio campo está cobrando um valor mais cívico e político que vai além de divulgar a notícia.

A correlação entre imprensa livre e democracia não deixou de existir, mas, o próprio jornalismo passou a cobrar de si mais do que um valor cívico e político, passou a querer incorporar algo mais aos fatos, e que não é nem a ficcionalização dos mesmos e nem o acréscimo de opinião aos mesmos. Esse algo mais se traduz em serviço. Já não basta ao jornalismo se contentar com a oferta de acontecimentos transformados em notas, notícias e reportagens. Já não são suficientes os fatos narrados em sua natureza jornalística primordial, a natureza acrescida de valor, o *valor-notícia (news value)*. Nesse novo paradigma, é preciso ir além dos fatos, é preciso recobri-los de contexto, de utilidade pública, transformando-se a função noticiosa numa espécie de serviço público. E embora sendo muito mais uma atividade privada do que estatal, faz as vezes de um serviço público. E embora seja uma atividade de mercado, procura caracterizar-se como uma militância de terceiro setor, algo como: privado, porém público¹⁵.

É nesta perspectiva que o jornalismo deveria veicular assuntos relacionados a violência do e sobre o jovem negro. Como um serviço público não só para este segmento social, mas para toda a sociedade.

Para o jornalismo ir além, o contexto é um subsídio importante para este novo paradigma. Diante disto, o resgate histórico pode ser um elemento que além de justificar

¹⁴ Aqui cabe ressaltar a fala de Orlandi (2009) como uma hipótese dos motivos que as relações raciais não entra no discurso jornalístico. “Todo dizer (e não dizer) é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos (...) o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia. (Orlandi, 2009, p.38)

¹⁵ Silva, L. M. Jornalismo e Pós-jornalismo, Trabalho e Sobretrabalho. Brasília, 2012.



a importância do tema entra como informação tão importante quanto o fato na construção da notícia. A seguir será abordado como o mito da democracia racial foi construído no Brasil e como estas informações poderiam ser contextualizadas dentro do jornalismo.

O mito da democracia racial como imaginário.

A questão racial é uma temática ainda não resolvida na sociedade brasileira. Há no imaginário brasileiro o mito (por meio do discurso), criado por Gilberto Freire em *Casa Grande & Senzala*, de que o Brasil é uma democracia racial.

Este mito mascara uma realidade, que na práxis, não é efetivada. Nos últimos anos, houve um aumento de homicídios entre jovens negros na faixa de 15 a 24 anos. Os jornais, periodicamente, divulgam os dados do Mapa da Violência do Brasil e as estatísticas deste segmento populacional só aumentam em relação a anos anteriores.

. A problemática não se restringe ao aspecto factual do aumento do índice de homicídio, mas parte-se do pressuposto que a questão do mito da democracia racial, que está no imaginário brasileiro, tem uma relação direta com a violência sofrida pelos jovens negros.

Clóvis Moura (1988) vai afirmar que este processo inicial repleto de estereótipos e preconceitos, porém, alicerçados pela ciência, irá penetrar no subconsciente do brasileiro médio, residindo aí o início de uma democracia racial no imaginário nacional.

Os estudos sobre o negro brasileiro, nos seus diversos aspectos, têm sido mediados por preconceitos acadêmicos, de um lado, comprometidos com uma pretensa imparcialidade científica, e de outro, por uma ideologia racista racionalizada, que representa os resíduos da superestrutura escravista, e, ao mesmo tempo, sua continuação na dinâmica ideológica da sociedade competitiva que a sucedeu. Queremos dizer, com isto, que houve uma reformulação dos mitos raciais reflexos do escravismo, no contexto da sociedade do capitalismo dependente que a sucedeu, reformulação que alimentou as classes dominantes do combustível ideológico capaz de justificar o peneiramento econômico social, racial e cultural a que ele está submetido atualmente no Brasil através de uma série de mecanismos discriminadores que se sucedem na biografia de cada negro. (Moura, 1988, p. 17)

Estes mecanismos discriminatórios são construídos a partir do século XVIII com as teorias iluministas e são aperfeiçoadas no século XIX com as teorias de darwinismo



social e a eugenia criando a distinção entre raças, uma superior e outra inferior. Segundo Santos (2002):

Foi com a evolução do darwinismo e sua aplicação no mundo antropológico-social que a questão da raça ganhou um enfoque mais radical. Baseados nos princípios da evolução da espécie e da seleção natural, os darwinistas acreditavam numa raça pura, mais forte e sábia que eliminaria as raças mais fracas e menos sábia, desenvolvendo portanto a eugenia. (Santos, 2002, p. 51)

Será por meio da ciência que os europeus no século XIX vão desenvolver o racismo para atestar que são superiores a outras raças. Santos (2002, p. 53) segue dizendo que “ao que tudo indica o racismo foi inaugurado no século XIX, mas seus fundamentos no século XVIII. No século XIX a teoria da distinção racial pautada na biologia, fortalecida, deu o estatuto final à teoria de que a natureza forja alguns indivíduos ao comando e outros a obediência”.

É no século XIX que serão criados os “mecanismos discriminadores” apontados por Moura e que vai suceder na “biografia de cada negro”. A violência simbólica e material criada ao redor do negro brasileiro naquele período foi justificada devido a manutenção de um status quo da elite brasileira. Santos (2002, p. 120) afirma que “os cidadãos brancos pretendiam de maneira racional e planejada, adequar o negro a um lugar que não gerasse incômodos à ordem vigente”.

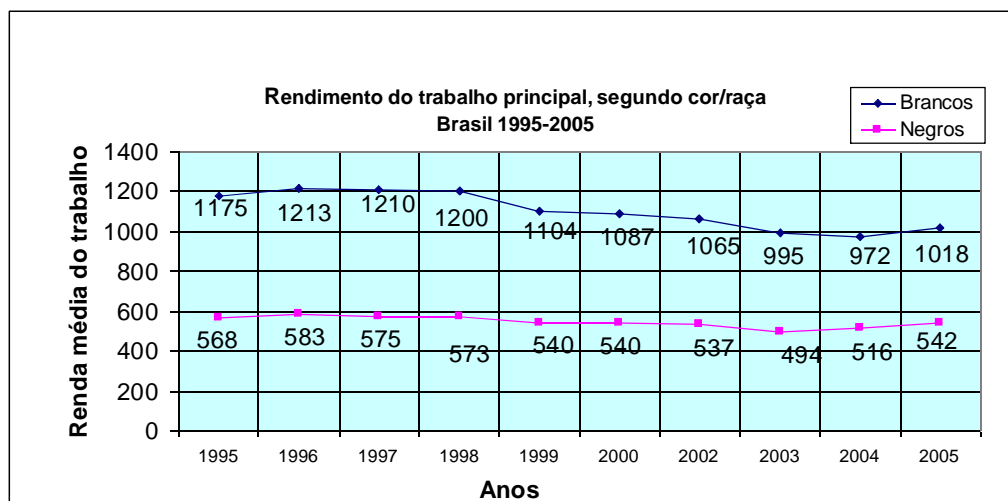
Além dos estereótipos, criam-se políticas de incentivo a imigração europeia, primeiro, por uma questão econômica (ter pessoas assalariadas para consumir), mas também como uma forma de “embranquecer” a população brasileira no final do século XIX. A ideia de progresso do Brasil passava por ter pessoas brancas em sua população e não pessoas negras, pois estas eram consideradas como uma raça inferior.

Esta questão racial entre brancos e negros brasileiros será resolvida por Gilberto Freyre na obra *Casa Grande e Senzala*. O grande mérito de Freyre é se afastar da questão biológica e estudar as relações raciais por meio da cultura. Dessa forma, “o ponto de equilíbrio da sociedade brasileira passaria a ser o mestiço e o caráter miscigenado da nossa população (...) O Brasil é o solo propício para uma sociedade mais democrática em termos raciais, visto ser fundada na mestiçagem” (Santos, 2002, 150).

A democracia racial e a mestiçagem serão fatores fundamentais para se entender a formação do povo brasileiro. E este discurso foi incorporado para justificar que não existe racismo no Brasil. Será mesmo?



Segundo dados do Censo de 2010, há 96,7 milhões de pessoas que se autodeclararam negras, o que corresponde a 50,7% da população brasileira. Porém, os negros ocupam os piores indicadores sociais e econômicos do país. A renda média dos negros é menor do que a dos brancos. No gráfico abaixo é apresentado o rendimento de negros e brancos no período de 10 anos.



A vulnerabilidade econômica da população negra reflete-se no acesso a direitos fundamentais como saúde, moradia e educação. Segundo dados da 4ª edição do Retrato de Gênero e Raça, produzido pelo IPEA, no ano de 2008 enquanto que 47,2% da população branca utiliza o Sistema Único de Saúde, entre os negros, o percentual é de 67%. No que tange a educação, o panorama não é muito diferente. Mesmo com as políticas públicas implantadas para reduzir as disparidades educacionais entre negros e brancos, ainda em 2009 os brancos apresentaram 8,4 anos de média de estudo em detrimento aos negros que estudaram em média 6,7 anos. Quando se analisa os dados do ensino superior, mesmo com as políticas de ações afirmativas, no ano de 2009 o percentual de brancos no ensino superior foi 21,3% contra 8,3% dos negros.

Dessa forma, mantém-se no imaginário do povo brasileiro o mito da democracia racial e que tal temática é um problema social. Motta (2002) vai afirmar que o conceito de imaginário vai além dos aspectos míticos e ficcionais em que o termo é comumente empregado. Para o pesquisador:

O entendimento do imaginário como uma categoria com essa amplitude ajuda-nos na compreensão do pensamento de uma determinada formação social porque assim concebido, o imaginário transforma-se numa categoria analítica que engloba tanto a



contraditória história das representações das relações sociais concretas assim como das complexas manifestações simbólicas de um povo – a complexa potência dramática e poética de cada sociedade. Queremos com isso dizer que o imaginário de um povo abarca tanto as representações e práticas ideológicas que são parte de confrontos sociais objetivos entre os diversos segmentos e classes sociais num determinado contexto histórico como as alegorias, metáforas e práticas que expressam os sentimentos individuais ou coletivos mais profundos e inconscientes. (Motta, 2002, p. 105)

Partindo do pressuposto de que o imaginário contempla as representações das relações sociais concretas, assim como das complexas manifestações simbólicas, no que tange ao imaginário sobre a população negra, historicamente, esta parte da população foi marginalizada no processo de construção econômica do país.

Diante do supracitado, o mito da democracia racial, como imaginário, é reafirmado na narrativa jornalística e como consequência, a opinião pública não admite que existe racismo no Brasil. Partindo da problemática da violência do e sobre os jovens negros, procurar-se-á entender como estes mecanismos são operados pelo jornalismo, no momento da construção da notícia.

Relação do mito da democracia racial com jornalismo

Ao fazer uma breve pesquisa sobre as palavras juventude viva e maioria penal verificou-se que a primeira não entra como valor notícia no jornalismo e a segunda entra imediatamente. Quais são os motivos? Se for analisar as categorias por critérios de noticiabilidade Wolf (1985) classifica os tipos de interesse para um assunto ser noticiável:

- **Categorias substantivas:** importância dos envolvidos, quantidade de pessoas envolvidas, interesse nacional, interesse humano, feitos excepcionais.
- **Categorias relativas ao produto:** brevidade (dentro dos limites do jornal), atualidade, novidade, organização interna da empresa, qualidade (ritmo, ação dramática), equilíbrio (diversificação de assuntos).
- **Categorias relativas ao meio de informação:** acessibilidade à fonte/local, formatação prévia de manuais, política editorial.
- **Categorias relativas ao público:** plena identificação de personagens, serviço/interesse público, protetividade (evitar divulgar suicídios, etc).
- **Categorias relativas à concorrência:** exclusividade ou furo, gerar expectativas, modelos referenciais.



Tanto o assunto juventude viva quanto maioridade penal podem ser analisados dentro das categorias substantivas porque são dimensões de interesse nacional e interesse humano. A maioridade penal entre como valor notícia dentro dos jornais porque possui estas características. O programa juventude viva e os seus desdobramentos não entram como valores notícias mesmo tendo as mesmas características a maioridade penal.

A maioridade penal é exaustivamente noticiada nos meios de comunicação. Como o jornalismo não consegue contextualizar esta temática, como foi apontado por Silva (2012) informações sobre o número de jovens que cometem crimes hediondos, como se dá a legislação internacional sobre jovens infratores, medida socioeducativa, custo para o Estado e o próprio sistema carcerário são debatidos de forma superficial e sem profundidade. Isto gera como resposta da população o maniqueísmo: ser contra ou a favor da maioridade penal.

O programa juventude viva pretende diminuir a morte de 33 mil jovens negros que são assassinados no Brasil anualmente. É uma política pública que quer melhorar as condições socioeconômicas destes jovens garantindo os direitos constitucionais que eles possuem: acesso a educação, moradia, lazer, trabalho e dignidade humana.

Estas duas temáticas possuem várias relações porque tratam de jovens, violência, vulnerabilidade social e também de racismo. Os jovens que cometem o delito e que são assassinados, em sua maioria, são negros. Porém, o mito da democracia racial que também está no imaginário dos profissionais do jornalismo no Brasil não consegue estabelecer esta relação. É este mito que impede que se discuta como o racismo é estrutural na sociedade brasileira e que também é mais um elemento diferenciador assim como classe, gênero e idade.

Ao não abordar o racismo, o jornalismo se exime de debater junto à opinião pública as implicações que o mito de democracia racial gera no que tange a violência. Um exemplo claro é o discurso muito utilizado pelo senso comum de que não é possível identificar quem é branco ou negro no Brasil. E sabe o que um jovem que mora na periferia irá responder: pergunte ao policial que ele saberá!

Todo estereótipo que o jovem negro carrega é histórico. Aos negros foi dado um lugar social desfavorecido para a manutenção do status quo da elite brasileira. Este lugar é pobre, feio e desprovido de bens materiais. Então, no Brasil a questão social e racial



estão imbricados, mas não são suficientes para o jornalismo se tornarem valor notícia porque a questão racial é invisibilizada.

Agora, quando os movimentos sociais se apropriam desta realidade e passam a lutar pelos seus direitos exigindo ações afirmativas como forma de ter na realidade social uma igualdade racial, os setores de opinião pública se manifestam contrário a estas medidas dizendo que isto sim gerará o racismo no Brasil.

A pesquisa sobre esta temática ainda está no início, porém, já é possível afirmar que o jornalismo é mais um campo de manutenção da violência sobre o jovem negro e reforça o estigma e estereótipo sobre este mesmo jovem.

Considerações Finais

A questão racial no Brasil é emblemática: há o mito de uma democracia racial coexistindo com o racismo. A democracia racial se manifesta no imaginário brasileiro e escamoteia os problemas socioeconômicos que enfrentam os afrodescendentes. O racismo se manifesta na manutenção da superestrutura escravista, aonde os brancos continuam sendo os donos da “Casa Grande” e os negros continuam nas “Senzalas”. Só que hoje a casa grande são os condomínios fechados e as senzalas a favela, a periferia.

Historicamente, isto gera uma tensão entre negros e brancos. Os negros, desde que chegaram ao Brasil, resistem à dominação, e os brancos aperfeiçoam as estratégias de dominação.

O paper apresentado é a parte inicial da pesquisa de Doutorado que aborda juventude negra, jornalismo e violência; A pesquisa tem como principal objetivo verificar se o mito da democracia racial, que está no imaginário do povo brasileiro, é reafirmado na narrativa jornalística.

Parte-se do pressuposto que sim, que o mito é tão intrínseco que o tema de maioria penal entra como valor notícia e o Programa Juventude Viva é invisibilizado no jornalismo, assim como outras pautas com temática racial. De uma forma geral, o discurso jornalístico não vincula questões históricas raciais do nosso país com a violência que a população negra em geral sofre, e que neste caso, vitimiza mais os jovens negros.

É possível também perceber que há uma dicotomia no discurso: a democracia racial se sustenta no âmbito da cultura e a exclusão social do negro no âmbito econômico. A grande opinião pública brasileira se sustenta no primeiro discurso, enquanto que o movimento negro se apropria do segundo.



A ideologia dominante está impregnada na mente das pessoas e isto as impede de ver outros elementos. O desafio para a sociedade brasileira será refletir sobre esta dicotomia para se alcançar um denominador comum e desconstruir o mito de que o Brasil é uma democracia racial.

Referências Bibliográficas

- CASHMORE, Ellis. Dicionário das relações étnicas e raciais. Trad. Dinah Kleve – São Paulo: Summus, 2000.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 3.ed. São Paulo: Summus, 1978.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006
- HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003
- _____. A identidade cultural na pós-modernidade. 11ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.
- Motta, Luiz Gonzaga. O imaginário: em busca de uma síntese entre o ideológico e o simbólico na análise da dinâmica sociocultural latino-americana. Publicado na Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación. Vol VI, nº 3, Sep/Dic. 2002.
- Moura, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988
- MUNANGA, Kabengele. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006.
- ORLANDI, Eni P. Análise do discurso: princípios e procedimentos. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2009.
- RAMALHO, José Ricardo. Mundo do crime: a ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- REZENDE, Guilherme Jorge de. Telejornalismo no Brasil; um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.
- RIBERIO, Darcy. O povo brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, Gislene Aparecida dos. A invenção do “ser negro”: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade do negro. São Paulo: Educa/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- SODRÉ, Muniz. O Monopólio da Fala: função e linguagem da televisão do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1ª ed. 1977.
- _____. Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.
- QUIRINO, Kelly Tatiane Martins. A invisibilidade negra: o (des) encontro do jornalismo com a saúde pública nas doenças de recorte étnico-racial e vulnerabilidade que acometem a população afrodescendente. Bauru, 2010.
- TRAQUINA, N. Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2 ed, v.1, 2005.
- TRAQUINA, N. Teorias do jornalismo: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2 ed, v.2, 2008.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012 - Os novos padrões da violência homicida no Brasil. Instituto Sangari. São Paulo, 2012
- WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Lisboa: Editorial Presença, 1985.